

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.342 - SP (2019/0260589-1)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : NEIDE SALVATO GIRALDI - SP165231
AGRAVADO : AMB DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EIRELI
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LAURA JOAQUIM TAVEIRA - DEFENSORA PÚBLICA

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos:

- i)* não foi demonstrada a violação dos dispositivos arrolados;
- ii)* incidência do óbice constante na Súmula 7/STJ; e
- iii)* falta de comprovação do dissídio jurisprudencial.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do seguinte óbice: falta de comprovação do dissídio jurisprudencial.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor atualizado da causa para 16%, observada eventual concessão da gratuidade de justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

